

16 DE OUTUBRO



MESA 4

A POBREZA: REALIDADE E CONTROVÉRSIAS

DULCE PANDOLFI

É com grande emoção que estou hoje aqui, na Universidade Federal de Pernambuco, participando de um seminário promovido pelo Centro Celso Furtado. Exatamente há 42 anos iniciei meus estudos no curso de ciências sociais, nesta universidade. Dois anos depois, por contingências do regime militar, tive de sair de Pernambuco e abandonar meus estudos.

O título da mesa que estou coordenando é “Pobreza: realidade e controvérsias” e o tema desse seminário é o desenvolvimento. Por isso cabe discutir aqui a relação entre a pobreza e o desenvolvimento. Na sessão de ontem foi dito que a nossa visão do desenvolvimento não é a do desenvolvimento sob o aspecto do crescimento. Mas qual é a nossa visão de desenvolvimento? De qual desenvolvimento estamos falando? Qual o desenvolvimento que queremos? É possível diminuir a pobreza com esse modelo de desenvolvimento que temos? Como se sabe, 80% do que se produz no mundo é consumido por menos de 20% da população. Vivemos em um mundo extremamente injusto e profundamente desigual. Ao mesmo tempo em que sabemos que muitas são as dificuldades para superar essas injustiças e desigualdades, também sabemos que, como dizia Betinho, “quem tem fome tem pressa”. Por isso, ao mesmo tempo em que travamos uma disputa em torno de um modelo de desenvolvimento, temos que enfrentar uma questão emergencial: combater a fome e diminuir a pobreza. Mas quem produziu a pobreza e como diminuir ou acabar com ela? Hoje, estamos assistindo a um emaranhado de crises que se

espalham pelo mundo: uma crise energética, uma crise climática, uma crise alimentar, enfim estamos vivendo aquilo que poderíamos chamar uma “crise civilizatória”. Mas estas crises são o resultado de um processo de desenvolvimento, processo este que gerou uma sociedade profundamente desigual e excessivamente consumista, cuja preocupação central é com o “ter mais” e não com o “viver melhor”.

Gostaria, ainda, de lembrar que hoje é um dia muito especial: é o dia mundial da alimentação. Vou aproveitar a data para apresentar aqui alguns resultados de uma pesquisa realizada pelo Ibase, cujo objetivo foi analisar o impacto produzido pelo programa Bolsa-Família na segurança alimentar da população beneficiada. Coordenada por Francisco Menezes, diretor do Ibase e uma das referências no Brasil sobre a questão da segurança alimentar, a pesquisa, de abrangência nacional, foi realizada entre 2006 e 2007. Durante esse período, além da realização de inúmeros “grupos focais”, 5 mil questionários foram aplicados nas mais diversas regiões do País. Apesar dos dados da pesquisa estarem um pouco desatualizados, acho que apresentá-los aqui pode contribuir para o nosso debate.

O Bolsa-Família é, como todos vocês sabem, um programa de transferência de renda condicionada a famílias pobres e extremamente pobres. O programa Bolsa-Família unificou vários programas anteriores, e o seu público-alvo são as pessoas consideradas abaixo da linha da pobreza, os extremamente pobres, cuja renda *per capita* na época era até R\$ 60,00, e as famílias cuja renda *per capita* variava de R\$ 60,00 a R\$ 120,00. Apesar do valor do benefício ser extremamente baixo, ele tem um significado muito forte para quem o recebe.

Sabemos também que no Bolsa-Família a questão das condicionalidades é um ponto bastante controverso e discutido até hoje. Mas, sem dúvida, além de transferir renda, o programa busca promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial à saúde, educação e assistência social; combater a fome; promover a segurança alimentar e nutricional, estimulando o desenvolvimento das famílias beneficiárias; combater a pobreza; promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do poder público.

Como um tema do nosso seminário é o Nordeste do Brasil, é importante ressaltar o peso que o Nordeste tem no programa Bolsa-Família: 49,9% das famílias beneficiadas estão distribuídas nessa região do País. Alguns outros dados selecionados para apresentar aqui são: 93% das titulares do programa são mulheres numa faixa etária ainda bastante jovem, mulheres de 15 a 49 anos;

16% dos beneficiários, quase 17%, nunca trabalharam; 38,5% das famílias possuem pelo menos uma pessoa com problema crônico de saúde; 16% das famílias já tiveram diagnosticadas, entre os seus membros, desnutrição infantil, 36,8% anemia, 38,4% hipertensão, 8,4% deficiências de vitaminas A e 7,4%, obesidade. A questão da infraestrutura é também impressionante: o acesso ao gás encanado é apenas de 4,9%; 70% têm no gás em botijão a principal energia para cozinhar, enquanto uma parte também significativa, 24%, usa lenha e carvão; apenas 42% tem acesso a rede de esgotos, ou seja, 60% desta parcela da população não têm acesso à rede de esgotos.

Para terminar essa minha breve exposição sobre a pesquisa realizada pelo Ibase, eu quero chamar a atenção dos componentes da mesa e dos participantes do Seminário para um dado que considero muito impactante e que diz respeito diretamente à questão da fome. A escala brasileira de segurança alimentar tem quatro níveis: insegurança alimentar grave (que significa passar fome literalmente); a insegurança alimentar moderada (que é uma pessoa que ainda passa fome); a insegurança alimentar leve (que são pessoas que vivem em um nível de insegurança muito grande por temer voltar a passar fome); e, finalmente, a segurança alimentar e nutricional – também com níveis variados, é claro –, que é considerado o nível razoável. Quando a pesquisa do Ibase foi realizada, o programa Bolsa-Família já tinha quatro anos de funcionamento e 20,7% dos beneficiados continuavam passando fome, 34% permaneciam na situação a que chamamos de insuficiência alimentar moderada. No nível de segurança alimentar estavam apenas 16% dos beneficiário.